

Antônio Vieira

por

Ronaldo Vainfas

coordenação

Elio Gaspari e Lilia M. Schwarcz

COMPANHIA DAS LETRAS

copyright © 2011 by Ronaldo Vainfas

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

capa e projeto gráfico
warrakloureiro

pesquisa iconográfica
Lúcia Garcia

preparação
Silvia Massimini
Carlos Alberto Bárbaro

índice onomástico
Luciano Marchiori

revisão
Huendel Viana
Márcia Moura

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vainfas, Ronaldo

Antônio Vieira: Jesuíta do rei / Ronaldo Vainfas. —
São Paulo : Companhia das Letras, 2011.

ISBN 978-85-359-1944-8

1. Jesuítas — Missões — Brasil — História 2. Vieira,
Antônio, 1608-1697 I. Título.

11-07911

CDD-922.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Jesuítas: Biografia e obra 922.2

[2011]

todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ LTDA.

rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 – São Paulo – SP

tel. (11) 3707-3500

fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Antônio Vieira

Jesuíta do rei

Sumário

Introdução 11

1. Nobreza e mulatice 17
2. Vocação inaciana 26
3. Pesadelo holandês 41
4. Paraíso dos pretos 52
5. Sebastianismo encoberto 62
6. Santo Antônio, luz da Bahia 68
7. Às armas: por qual rei? 76
8. Restauração e joanismo 88
9. *Phoenix* da Lusitânia 102
10. Diplomata do rei 112
11. Conversa com o rabino 121
12. Comprar Pernambuco 128
13. Exilar o *Encoberto* 135
14. *Débâcle* na Holanda 142
15. Judas do *Papel forte* 153

16. *A companhia dos judeus* 168
17. Triunfo dos inimigos 177
18. *Paiaçú* no Maranhão 192
19. Trilogia do Quinto Império 208
20. Na teia do Santo Ofício 220
21. Revanche em Roma 238
22. Triste Bahia 255
23. *Delenda* Palmares 269
24. *Pax Christi* 282

Cronologia 297

Bibliografia 311

Agradecimentos 321

Índice onomástico 323

1. Nobreza e mulatice

A primeira biografia de Antônio Vieira foi publicada em 1746, no final do reinado de d. João v. Seu autor foi o jesuíta André de Barros (1675-1754) — membro da Real Academia de História Portuguesa, criada pelo rei em 1720 —, estimulado pelo quarto conde da Ericeira, d. Francisco Xavier de Menezes, e por d. Antônio Caetano de Souza, religioso teatino, isto é, professo na ordem dos clérigos de São Caetano de Tiene. Um dos objetivos da Real Academia era reconstituir a biografia dos grandes personagens da história portuguesa, quer pela grandeza de suas linhagens, quer pelos serviços prestados à Coroa.

Em sua *Vida do apostólico padre Antônio Vieira*, André de Barros incluiu o biografado entre os grandes de Portugal, “glória de nossa Nação”, “ilustre imortal da Companhia de Jesus”. Tratando-se de obra encomiástica, André de Barros esforçou-se por realçar a “nobre e venturosa” ascendência de Vieira, passados então quase cinquenta anos de sua morte, destacando que seu pai fora fidalgo da Casa Real. À falta po-

rém de outras evidências para comprovar a nobre ascendência do biografado, André de Barros saiu-se com esta: “para serem contados esses ditosos progenitores [de Antônio Vieira] entre os da mais elevada graduação, bastavam as qualidades de tão ilustre filho”.

André de Barros abandonou os critérios de comprovação de nobreza vigentes na época e afirmou que a maior prova da ilustre ascendência de Vieira residia nele mesmo. Se os pais não fossem verdadeiramente nobres, paciência, a vida do filho era suficiente para nobilitá-los! O critério de nobilitação usado pelo biógrafo para enaltecer a origem de seu biografado, o próprio Vieira endossaria em um de seus sermões: “A verdadeira fidalguia é a ação; o que fazeis, isso sois, nada mais”.

Em *Vida do padre Vieira*, incluída em suas *Obras póstumas*, editadas em 1865, e publicada como livro independente em 1891, o segundo grande biógrafo de Vieira, político, escritor e jornalista maranhense João Francisco Lisboa (1812-63), preferiu deixar de lado o problema das origens do jesuíta, limitando-se aí a indicar a data de nascimento e o nome dos pais: Cristóvão Vieira Ravasco e d. Maria de Azevedo. Político liberal que viveu intensamente o processo de construção do Império do Brasil, João Francisco Lisboa julgou as origens de Vieira um assunto de menor importância.

Pelo menos duas outras biografias foram escritas ao longo do século XIX, mas não acrescentaram grande coisa sobre a ascendência de Vieira. As novidades apareceram na obra do grande historiador português João Lúcio de Azevedo, autor de *História de Antônio Vieira*, publicada em dois volumes, respectivamente em 1918 e 1921. Valeu-se de documentos até então inéditos, inclusive as fontes inquisitoriais relacionadas ao personagem, de modo que a historiografia sobre a vida de Antônio Vieira pode ser dividida entre a que veio antes e depois da obra de João Lúcio. É nela que se pode encontrar informações

mais precisas sobre a ascendência de nosso personagem, cuja família, em verdade, nada tinha de nobre ou aristocrática.

Vieira nasceu em 6 de fevereiro de 1608, em casa localizada à rua dos Cônegos, Lisboa, uma ruela que começa na rua do Recolhimento e termina no atual beco do Leão, arruamento sem saída, como todos os becos. A rua ficava na parte alta da cidade, na freguesia do Castelo de São Jorge, perto da Sé. É uma parte da Lisboa velha, com suas casinhas modestas enfileiradas entre ladeiras, escadarias e becos, umas grudadas nas outras, portas baixas de madeira, calçamento irregular de pedras. A nobreza portuguesa de Lisboa não morava naquelas cercanias.

O avô paterno de Vieira chamava-se Baltazar Vieira Ravasco, natural de Moura, no distrito alentejano de Beja. Antônio Vieira dizia desconhecer o ofício desse avô, provavelmente um criado muito subalterno dos condes de Unhão, casa aristocrática fundada em 1586, mais tarde elevada à categoria de *grandeza*, o máximo status de que poderia desfrutar uma família de nobreza em Portugal. Os condes de Unhão tinham senhorio na vizinhança de Santarém, no Ribatejo, e residiam no palácio da Quinta de Chavões, em Cartaxo, região produtora de excelente vinho.

Cristóvão Vieira Ravasco, filho de Baltazar Vieira Ravasco e pai de Antônio Vieira, nasceu em Santarém, provavelmente nos domínios do primeiro conde de Unhão, Fernão Teles de Menezes. A exemplo do pai, Cristóvão serviu por algum tempo ao conde, foi soldado nas armadas do rei, mas ascendeu na escala social. Letrado, embora não tenha cursado a universidade, passou a viver em Lisboa como escrivão do desembargo dos agravos, seção da Casa de Suplicação, um dos três principais tribunais seculares do reino, ao lado do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens. É provável que o conde de Unhão tenha facilitado a vida de Cristóvão, pois foi um dos que aderiu a Filipe II, em 1580, no início da União

Ibérica. A própria casa de Unhão foi nobilitada em 1586, e *engrandecida* em 1630.

Cristóvão Vieira Ravasco era portanto funcionário de terceiro escalão da Justiça Régia, protegido de nobres, mas estava longe de pertencer ele mesmo à nobreza. Casou-se com Maria de Azevedo, natural de Lisboa, filha de Brás Fernandes de Azevedo, armeiro da casa real. O avô materno de Antônio Vieira não era porém *armeiro-mor*, cargo reservado à alta nobreza do reino, responsável pela administração das armas do rei, senão um dos oficiais daquele séquito de funcionários palacianos. Era serviçal modesto, cuja filha, mãe de Antônio Vieira, trabalhou como padeira do convento franciscano de Lisboa. Mas o avô armeiro de Antônio Vieira não era um joão-ninguém, longe disso. Tanto é que a Coroa lhe prometeu um cargo para seu futuro genro, à guisa de dote, quando a filha se casasse. Cristóvão Ravasco, pai de Vieira, deu sorte na união com Maria de Azevedo, pois ganhou de presente o cargo de escrivão. A confusão entre a esfera pública e a vida privada era comum nessa época.

Nada de nobreza, portanto, na ascendência do futuro jesuíta. Antônio Vieira nasceu da união de um escrivão de justiça com uma padeira de Lisboa. Seu pai, Cristóvão, somente se tornou fidalgo da Casa Real na década de 1640, no Portugal restaurado, quando Vieira atuava como o principal conselheiro político do rei d. João IV. Antes de se tornar fidalgo, Cristóvão foi agraciado com o posto de “moço da câmara real”, isto é, camareiro do rei. Mas vários desses “moços da câmara” não exerciam o ofício, na prática, desde o século XV. Ser um “moço da câmara real” podia ser apenas uma pequena honraria, um favor do rei para algum acólito dele ou de seus favoritos. Mercês miúdas, a exemplo dessa, às vezes preludiavam a concessão da fidalguia, sendo o beneficiário plebeu de origem, como foi o caso de Cristóvão Ravasco.

Nos registros da Chancelaria de d. João IV consta ainda uma portaria, de 17 de julho de 1643, pela qual o rei concedia o hábito de cavaleiro da ordem de Cristo para o pai de Vieira ou para o futuro marido de Maria de Azevedo, irmã mais nova de Vieira. O pai de Vieira preferiu deixar o hábito para o futuro genro, evitando o risco de não passar pelas provanças quanto à limpeza de sangue. Vieira jamais omitiria que o pai ostentava um galardão como esse, se fosse fato. Foi provavelmente o próprio Vieira quem convenceu o pai a não se submeter às provanças, livrando-se do vexame de desvelar suas origens.

Antônio Vieira não gostava de falar sobre os seus ascendentes; rejeitava, segundo João Lúcio, o sobrenome Vieira, por julgá-lo menos nobre que o sobrenome Ravasco. Mas nem um nem outro eram nomes de linhagem aristocrática, de sorte que ou João Lúcio se enganou ao mencionar a rejeição do nome Vieira pelo próprio, ou deve ser outra a explicação para o fato de Antônio Vieira lamentar não ser conhecido como Antônio Ravasco. A única evidência da presumida rejeição de Vieira pelo nome Vieira encontra-se no seu depoimento ao Santo Ofício, nos anos 1660, quando disse “que a ele chamavam” de Antônio Vieira, ao invés de assumir que aquele era mesmo o seu nome. De fato, nos documentos inquisitoriais, o registro de identificação dos arguidos, ou depoentes, costumava seguir outra fórmula: “disse chamar-se fulano...”.

Mas creio que isto é pouca evidência para tamanha indução. Tampouco é caso de dizer que Antônio Vieira evitou assumir-se como Vieira por ser nome muito usual entre cristãos-novos, como o de outras árvores ou animais. Não passa de lenda o costume atribuído aos judeus portugueses de adotarem esses sobrenomes após a conversão forçada de 1497, antes de tudo porque eles constavam da antroponímia portuguesa desde a Idade Média.

As diligências ordenadas pelo Santo Ofício para verificar

a possível origem judaica de Antônio Vieira não deram em nada. Nos lugares onde tinham vivido seus pais e avós, não houve quem afirmasse algo sobre o sangue hebreu ou mourisco de seus ascendentes. Mas como Vieira não sabia o nome das avós, as dificuldades para apurar sua ascendência eram grandes. A Inquisição manteve a dúvida, registrando Vieira como pessoa “cuja qualidade de sangue não consta ao certo”. Ele mesmo sempre insistiu na sua condição de cristão-velho. Batizado na Sé de Lisboa, tendo como padrinho o conde de Unhão, e crismado na Igreja dos Mártires de Lisboa pelo arcebispo d. Miguel de Castro. No entanto, fez o que pôde para ocultar a identidade das avós, tanto a paterna como a materna. É nelas, avós, que reside a chave do mistério.

Vieira evitava falar sobre a própria família, em especial sobre os ascendentes, com exceção dos que se enquadravam nas categorias valorizadas no mundo ibérico. Na mesa da Inquisição não teve saída senão dizer alguma coisa, pois a sessão de perguntas sobre a genealogia do réu era obrigatória. Vieira foi submetido a duas arguições de genealogia, pois os inquisidores consideravam suspeita a alegada ignorância acerca das avós. Na primeira sessão, disse que não sabia o nome, nem tinha notícia alguma da avó paterna; tampouco sabia como chamavam a sua avó materna, nem de onde era natural. Na segunda sessão, assustado com a insistência dos inquisidores, informou que o máximo que sabia de sua avó paterna ouvira de seu pai, que, algumas vezes, mencionou ter ela nascido numa vila entre o Douro e o Minho, “mulher muito nobre, filha de um Nuno Coelho de Frende, cavaleiro do hábito de Cristo”. Manteve, enfim, a alegação de que nada sabia de sua avó materna.

Foi este o tom adotado por Antônio Vieira ao tratar do assunto com os inquisidores. Realçou a condição fidalga do pai, a presumida nobreza da avó paterna, a nobreza falseada do avô materno, os cargos na administração colonial de seu irmão mais

novo, Bernardo Vieira Ravasco, sem esquecer do cunhado, Simão Alves, casado com sua irmã, Leonarda de Azevedo, pois este era desembargador e cavaleiro da Ordem de Cristo. Quanto aos demais parentes, tios, primos, primas, Vieira dizia não saber quase nada, saindo-se com evasivas. Alegou que não podia apresentar quem depusesse sobre a origem das avós porque quase todas as testemunhas eram falecidas. De fato, em 1663, seu pai, Cristóvão Ravasco, tinha 98 anos de idade; e sua mãe havia morrido com cerca de oitenta anos.

Os inquisidores estavam seguros de que Vieira tentava esconder alguma “nódoa de sangue infecto”, como então se dizia. Nas diligências sobre a origem da avó paterna, contudo, tiveram mais sorte. Duas testemunhas arguidas pelo Santo Ofício confirmaram que a avó paterna de Vieira era mulata, e não “mulher nobre”. A primeira testemunha, senhora muito idosa, foi d. Francisca de Távora e Castro, esta sim, nobre de cepa, viúva do primeiro conde de Unhão, a quem o avô e o pai de Vieira serviram como criados. Dona Francisca contou que o avô de Antônio Vieira era “homem de muita gravidade”, isto é, muito sério, não obstante ter mantido relações “com uma mulata”, da qual tivera um filho, Cristóvão Ravasco, pai de nosso personagem.

A segunda testemunha foi a freira Margarida do Espírito Santo, que conhecia Vieira desde o berço, e asseverou que ele era neto paterno de uma “índia ou mulata”. Vale lembrar que a expressão “índio”, no século XVII, costumava ser mais usada para designar os naturais do Estado da Índia do que para os nativos do Brasil. Sórora Margarida se referiu portanto à cor baça ou parda da avó paterna de Antônio Vieira, e não à sua naturalidade. Era testemunha privilegiada, pois a tal mulata fora escrava de seu próprio avô, Vasco da Silveira, a quem serviu no palácio de Chavões, residência dos Unhões. Chavões, Unhões — o fato é que o pai de Antônio Vieira era mulato.

Filho de uma criada mulata, demitida pelo conde exatamente por causa dos amores com Baltazar Ravasco.

João Lúcio, historiador que leu muito bem o processo contra Antônio Vieira, afirmou que *o pai* de seu biografado era mulato, e foi além, especulando que a bisavó de Antônio Vieira podia ter “vindo da África, trazida por escrava a Portugal”. Especulações à parte, o fato é que o irmão de Antônio Vieira, Bernardo Vieira Ravasco, e seu filho, Gonçalo Ravasco de Albuquerque, passaram pela humilhação de perderem o hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo, concedido pela Coroa, por causa da ascendência mulata da avó do primeiro e bisavó do segundo. A Mesa da Consciência e Ordens vetou as mercês, por meio de pareceres datados de 1663 e 1683, respectivamente, publicados por Antônio Baião, em 1929. O artigo de Baião possui título definitivo: “O sangue infecto do Padre Antônio Vieira”.

João Lúcio foi, talvez, o primeiro a agregar novas evidências da “mulatice” de Antônio Vieira, mencionando o retrato feito para a galeria do arquivo jesuítico do Vaticano, em Roma: “lembra muito, nas feições, essa espécie de mestiçagem”. Outro biógrafo clássico de Vieira, José van den Besselaar, não hesitou em escrever, no seu livro de 1981, que “O único retrato de Vieira com alguma pretensão de autenticidade trai, de fato, feições nitidamente africanas”. A quais feições se referia Besselaar: tez parda, cabelo crespo?

As fontes escritas me permitem afirmar, de todo modo, que Antônio Vieira era mulato, neto de mulata. Talvez fosse também neto de cristãos-novos, por via materna, embora o Santo Ofício não tenha apurado nada a esse respeito. Isto porque Antônio Vieira aprendeu a ler com sua mãe, Maria de Azevedo, padeira dos franciscanos de Lisboa. Apesar de ser padeira, a mãe de Vieira sabia ler e escrever, qualidade rara entre mulheres e homens da época, com exceção dos cristãos-no-

vos. Uma padeira que sabia ler e escrever a ponto de educar o filho, como ele mesmo admitiu, deve ter nascido em família apegada às letras, como eram as famílias de cristãos-novos.

Alguns inimigos de Antônio Vieira, no futuro, chegariam a ponto de acusá-lo de ser um “batizado em pé”, isto é, judeu convertido à força no reinado de d. Manuel! Hipótese impossível, considerando que a conversão forçada data do século xv. Mas o fato de a mãe de Vieira ser uma padeira letrada sustenta a conjectura de que tinha parte de cristã-nova.

Nos dois costados avoengos de Vieira havia bastardia e “nódoa de sangue”, por isso ele sempre evitou falar das avós. A avó mulata, mãe de seu pai, fora amante de um criado da casa de Unhão, Baltazar Ravasco. A avó materna provinha de família cristã-nova.

Se assim é, Antônio Vieira pode ser apresentado, na abertura deste livro, como um português de origem humilde, um quarto de mulato, talvez um quarto ou um oitavo de cristão-novo. É muito justo que seja considerado luso-brasileiro, mestiço, embora tenha sido, antes de tudo, um defensor da Coroa e, por que não dizer, da nação portuguesa.